

# Novo mínimo pode diminuir desigualdade

Para especialistas, reajuste de 18% vai tirar 4,5% da população da miséria

ROBERTA JANSEN

**R**IO - O aumento de 18% no salário mínimo deverá contribuir para a diminuição da desigualdade na distribuição de renda no País, como apontam os números divulgados na semana passada, na Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A opinião é do economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Esse será o primeiro grande reajuste desde 1995", lembra Néri. "So que, desta vez, só incide sobre quem ganha um mínimo, o que é uma forma de reduzir a desigualdade." Pelas contas do economista, 4,5% das pessoas que se encontram hoje abaixo da linha da pobreza (quem tem renda abaixo de R\$ 60 e, em 2000, representavam 27% da população) deverão sair dessa faixa. "A tendência tem sido essa."

A desigualdade na distribuição de renda no Brasil manteve-se basicamente estável entre os anos de 1992 e 1999, como apontam os números divulgados pelo IBGE. Apenas em dois momentos, os percentuais mostraram pequenas alterações: em 1993, quando o fosso entre o 1% mais rico e os 50% mais pobres esteve maior do que nunca, em razão da hiperinflação; e nos anos de 1995, 1996 e 1997, em que os efeitos do Plano Real se fizeram sentir, diminuindo a diferença.

"Os números mostram a rigidez e a inflexibilidade no padrão de distribuição de renda no País", constata o diretor do Departamento de População e Indicadores Sociais do IBGE, Luiz Antônio Pinto de Oliveira. "A desigualdade na distribuição de renda é um dos traços mais estáveis da sociedade brasileira: sua principal chaga e grande tabu", avalia Néri.

A série de indicadores mostra que, em 1992, em plena vigência do Plano Collor, a parcela da população que reúne os 50% mais pobres detinha 14% da renda; enquanto a faixa do 1% mais rico tinha 13,1%. "No período Collor, a desigualdade caiu um pouco porque todos poraram: com o sequestro dos ativos financeiros, os ricos pioraram um pouco mais que os pobres", explica Néri.

Os números mostram, contudo, que a situação não mudou muito. A hiperinflação do ano seguinte voltou a afastar os dois grupos. "Na hiperinflação, os mais ricos defendem-se melhor que os pobres: aplicam o dinheiro, tem mecanismos de compensação", analisa Oliveira. "Os pobres têm menos defesa", concorda Néri. "Além disso, com inflação alta, a renda flutua muito e pode alterar os índices, dando a impressão de que a desigualdade é maior do que realmente é", acrescenta o economista.

**Plano econômico** - Na avaliação de Néri, o efeito inverso se fez sentir em 1995, no segundo ano do Plano Real, quando os mais pobres passaram a deter 13,3% da renda e os mais ricos, 13,4%. "Quando baixa a inflação parece que a desigualdade foi reduzida, mas, na verdade, reduz-se apenas a instabilidade", afirma Néri. "Tanto o aumento da desigualdade, em 1993, quanto sua posterior queda são ilusórios."

O diretor do IBGE tem uma análise complementar: "A situação melhora um pouco porque diminuiu o impacto da hiperinflação." Na avaliação dos dois, o Plano Real contribuiu pouco para a diminuição da desigualdade na distribuição de renda, embora tenha aumentado um pouco o rendimento médio das pessoas ocupadas.

Os números do IBGE mostram um aumento no rendimento médio dos trabalhadores. De R\$ 388,70 em 1993, passou para R\$ 503,90 em 1995, e alcançou seu valor máximo em 1996, quando chegou a R\$ 523. A desigualdade na distribuição de renda também diminuiu no mesmo período.

Em 1996, os mais pobres aumentaram sua participação, com 13,6% da renda; antes os 13,2% concentrados pelos mais

ricos. No ano seguinte, os percentuais foram os mesmos. Oliveira e Néri lembram que o objetivo do Plano Real não era distribuir renda, mas estabilizar a moeda. "O consumo aumentou porque se teve mais estabilidade", avalia o economista.

O período que abrange os anos de 1997 e 1998 foi marcado por duas crises financeiras internacionais - a asiática e a russa - que fizeram o governo baixar um pacote fiscal e recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). "Além disso, em 1998, houve uma grande seca no Nordeste", lembra Néri. Os percentuais de distribuição de renda, no entanto, pouco se alteraram nesse ano: os mais pobres ficaram com 13,5% da renda e os mais ricos com 13,8%. "Ao contrário do



que se poderia esperar, a desigualdade não aumentou muito. Em parte, isso pode ser explicado porque o governo adotou políticas que atenuaram os impactos da seca, abrindo um milhão de vagas nas frentes de trabalho", avalia o economista.

**Renda em queda** - Para Oliveira, o impacto das crises internacionais apareceram um ano mais tarde, quando os percentuais de concentração voltaram a se distanciar. Os mais pobres detinham 14% da renda e os mais ricos, 13,1%. "Na verdade, os efeitos das duas crises só se fizeram sentir em 1999", aponta. A maior parte das 51 medidas do pacote fiscal lançado como resposta à crise asiática acabou não sendo colocada em prática e, somente no ano re-

trasado, houve uma desvalorização cambial.

Por outro lado, depois de atingir seu apice em 1996, o rendimento médio dos trabalhadores vem caindo: em 1999, chegou a R\$ 472,20. Na avaliação de Néri, a desigualdade é uma das maiores responsáveis pela violência. "Quando a pobreza é generalizada, a violência não é tão alta como nos períodos em que existe desigualdade", analisa. "Mas falar em distribuição de renda é um dos maiores tabus da sociedade brasileira porque pressupõe a redução dos ganhos dos mais ricos." Para ele, apenas medidas como o maior acesso à educação, a terra e ao crédito poderiam garantir uma distribuição de renda mais justa no País.